

Formulário NOME DO FORMULÁRIO

A pessoa jurídica

inscrita no CNPJ nº

, por meio de seu representante legal, sr(a)

, portador(a) do RG nº

e inscrito(a) no CPF nº

DECLARA, sob as penas da Lei

que:

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cumpre fielmente o disposto no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, ou seja:

- Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Não emprega menor de dezesseis anos em contrato de trabalho diferente daquele determinado em lei como de aprendizagem; e
- Não emprega menor de quatorze anos em qualquer modalidade contratual.

Observação: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz? Sim ☐ Não ☐ (Obrigatório)**VALORIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

Observa a legislação nacional, bem como os tratados e convenções internacionais relacionados à proteção dos direitos humanos ratificados pelo Brasil, não compactuando com nenhuma prática de trabalho que possa ser considerada como degradante, forçado, escravo ou análogo à escravidão, seja em suas atividades ou em sua cadeia de valor, comprometendo-se a contribuir para a erradicação de trabalho em tais condições, inclusive mediante denúncia de infratores.

IDONEIDADE

Não há impedimento para sua participação em licitações e assinatura de contratos, nos termos previstos no

Regulamento dos Procedimentos de Contratação da Saneamento de Goiás S.A. - Saneago (RG00.0048), art. 8º, incisos III a VIII, e Lei nº 13.303/2016, art. 38, III e VIII, ou seja:

- Não está sob efeitos de penalidade de declaração de inidoneidade aplicada pela União, por Estado e pelo Distrito Federal;
- Não possui no seu quadro societário sócio de outra empresa que esteja suspensa, impedida ou declarada inidônea em sanção cujos efeitos repercutam em licitações e contratações da Saneago;
- Não possui administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea em sanção cujos efeitos repercutam em licitações e contratações da Saneago;
- Não possui no seu quadro societário sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção e cujos efeitos repercutam em licitações e contratações da Saneago;
- Não possui administrador que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção e cujos efeitos repercutam em licitações e contratações da Saneago;
- Não possui na diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea cujos efeitos repercutam em licitações e contratações da Saneago.

Para as Sociedades Anônimas (S.A.), os impedimentos acima só se aplicam em relação aos administradores e aos acionistas controladores, conforme definições da Lei nº 6.404/1976.

NÃO VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Não há impedimento para sua participação em licitações e assinatura de contratos, nos termos previstos no

Regulamento dos Procedimentos de Contratação da Saneamento de Goiás S.A. - Saneago (RG00.0048), art. 8, inciso I, e Parágrafo Único, incisos II e III, e na Lei nº 13.303/2016, art. 38, inciso I, e Parágrafo Único, incisos II e III, ou seja:

- Nenhum administrador, diretor ou sócio detentor de mais de 5% do capital social é diretor ou empregado da

Formulário	Revisão	Data	Doc Normativo	UO Responsável	Arq. Corrente	Arq. Intermediário	Destinação	Página
FR00.0754	03	28/08/2023	IN00.0350	SULAQ	Enquanto vigora	5 Anos	Eliminação	1 de 2

Saneago;

- Nenhum administrador, diretor ou sócio é pessoa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Saneago há menos de seis meses;
- Nenhum administrador, diretor ou sócio dos seus quadros tem relação de parentesco até o terceiro grau, em grau reto, colateral ou por afinidade, com membro do Conselho, Diretor, Superintendente ou empregado com atuação na área de licitações e contratos da Saneago, ou com autoridade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de Goiás.

Para as Sociedades Anônimas (S.A.), os impedimentos acima só se aplicam em relação aos administradores e aos acionistas controladores, conforme definições da Lei nº 6.404/1976.

Ademais, declara ciência da submissão à responsabilização de pessoas jurídicas por atos contra a Administração Pública prevista na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

Da mesma forma, assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo a sua habilitação.

Cidade/Estado:

/

Data:

(Assinatura do representante legal)

Formulário	Revisão	Data	Doc Normativo	UO Responsável	Arq. Corrente	Arq. Intermediário	Destinação	Página
FR00.0754	03	28/08/2023	IN00.0350	SULAQ	Enquanto vigora	5 Anos	Eliminação	2 de 2